



DESAFIOS, PECULIARIDADES E LIMITAÇÕES: A VALORIZAÇÃO DA ACADEMIA NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EXTENSIONISTAS NA AMAZÔNIA

*Lilyanne Rocha Garcez**

RESUMO

O Estado do Amazonas é o maior estado brasileiro em área e o segundo menor demograficamente entre todas as unidades da federação. Ademais, suas dimensões social, geográfica, educacional e técnica, considerando o contexto geral da região amazônica, retratam algumas dificuldades para a realização de ações de extensão universitárias no território amazonense. Apesar disso, atividades extensionistas são desenvolvidas em diversos municípios do Estado do Amazonas e as adversidades para realizá-las envolvem, principalmente, a falta de profissionais que conheçam as peculiaridades locais e se disponibilizem a atuar nestes municípios, a logística de tráfego para acesso às localidades, a falta de insumos, bem como algumas limitações relacionadas à infraestrutura. O caminho comumente percorrido é desenvolver atividades na sede dos municípios onde a Universidade está inserida, sendo limitadas às áreas de conhecimento dos referidos polos acadêmicos-científicos. A partir disso, o presente relato tem como objetivo principal a apresentação dos principais aspectos oriundos do desenvolvimento das ações de extensão universitária, destacando as diversidades e especificidades características locais. Ademais, procurou-se abordar o desafio contemporâneo para implementar ações voltadas ao desenvolvimento de comunidades ribeirinhas, relacionadas ao modo de vida e a realidade local. Foram apresentados resultados, ao final, relacionados às ações desenvolvidas ao longo dos últimos anos, destacando a necessidade de conhecer as peculiaridades da região, cujos caminhos corroboraram para reflexões mais avançadas sobre a interação complexa e a relevância das ações extensionistas universitárias na Amazônia.

Palavras-chave: Complexidade, logística, ruralidade.

CHALLENGES, PECULIARITIES AND LIMITATIONS: THE VALORIZATION OF THE ACADEMY IN THE DEVELOPMENT OF EXTENSION ACTIONS IN THE AMAZON

ABSTRACT

The state of Amazonas is the largest Brazilian state in area and the second smallest demographically between the units of the Federation. Moreover, its social, geographic, educational and technical dimensions, considering the general context of the Amazon region, portray some difficulties for carrying out university extension actions in the Amazon territory. Despite this, extension activities are carried out in several municipalities of the

* Mestrado profissional em Engenharia Civil e Ambiental (UFCG). Departamento de Hidráulica e Saneamento, Faculdade de Tecnologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM. Contato: lilyannegarcez@gmail.com.

State of Amazonas and the adversities to do so involve, mainly, the lack of professionals who know the local peculiarities and are willing to work in these municipalities, the traffic logistics to access the cities. localities, lack of inputs, as well as some limitations related to infrastructure. The path commonly taken is to develop activities at the headquarters of the municipalities where the University is located, being limited to the areas of knowledge of the referred academic-scientific centers. From this, the present report has as its main objective the presentation of the main aspects arising from the development of university extension actions, highlighting the diversity and specificities of local characteristics. In addition, we sought to address the contemporary challenge to implement actions aimed at the development of riverside communities, related to the way of life and local reality. Finally, results related to the actions developed over the last years were presented, highlighting the need to know the peculiarities of the region, whose paths corroborated to more advanced reflections on the complex interaction and the relevance of university extension actions in the Amazon.

Keywords: Complexity, logistics, rurality.

DESAFÍOS, PECULIARIDADES Y LIMITACIONES: LA VALORIZACIÓN DE LA ACADEMIA EN EL DESARROLLO DE ACCIONES DE EXTENSIÓN EN LA AMAZONÍA

RESUMEN

El estado de Amazonas es el estado brasileño más grande en el área y el segundo más pequeño demográficamente entre las unidades de la Federación. Además, sus dimensiones sociales, geográficas, educativas y técnicas, considerando el contexto general de la región amazónica, presentan algunas dificultades para llevar a cabo acciones de extensión universitaria en el territorio amazónico. A pesar de esto, las actividades de extensión se llevan a cabo en varios municipios del estado de Amazonas y las adversidades para hacerlo implican, principalmente, la falta de profesionales que conozcan las peculiaridades locales y estén dispuestos a trabajar en estos municipios, la logística del tráfico para acceder a ciudades localidades, falta de insumos, así como algunas limitaciones relacionadas con la infraestructura. El camino comúnmente tomado es desarrollar actividades en la sede de los municipios donde se encuentra la Universidad, limitándose a las áreas de conocimiento de los referidos centros académico-científicos. A partir de esto, el presente informe tiene como objetivo principal la presentación de los principales aspectos derivados del desarrollo de acciones de extensión universitaria, destacando la diversidad y especificidades de las características locales. Además, buscamos abordar el desafío contemporáneo de implementar acciones dirigidas al desarrollo de comunidades ribereñas, relacionadas con el estilo de vida y la realidad local. Finalmente, se presentaron resultados relacionados con las acciones desarrolladas en los últimos años, destacando la necesidad de conocer las peculiaridades de la región, cuyos caminos corroboraron las reflexiones más avanzadas sobre la compleja interacción y la relevancia de las acciones de extensión universitaria en la Amazonía.

Palabras clave: Complejidad, logística, ruralidad.

Uma introdução à realidade amazônica

A vida nas e das cidades amazônicas está vinculada aos rios e às florestas. As peculiaridades locais, de qualquer maneira, são diversas e complexas, considerando as características ecológicas e ambientais (tais como, a abundância de água e a biodiversidade da vegetação em seu território), mas também, as características geopolíticas, étnicas, culturais, sociais e econômicas. Tais consideração devem se dar de forma associada ao estilo de vida e às variadas paisagens, com suas diversas dimensões que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano e predominante em outras regiões do Brasil.

Estudos que priorizam o sistema hierárquico das cidades brasileiras utilizam geralmente os contingentes populacionais para as terminologias de cidades pequenas, médias e grandes. Assim, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes. Acima deste montante, as cidades, até o limite de 500 mil habitantes, são classificadas como médias. Por fim, aquelas cidades com mais de 500 mil habitantes são consideradas grandes. No caso específico do Estado do Amazonas, conforme [IBGE \(2010\)](#), à exceção de uma cidade grande que é a capital Manaus, 40% das outras cidades são consideradas de pequeno porte, enquanto que os restantes 60% das cidades amazonenses, são de médio porte. Neste último caso, de qualquer maneira, todas estas com menos de 120 mil habitantes.

Enfatiza-se com esse contexto da classificação de cidades de médio ou pequeno porte reveste-se de relevância cada vez maior em termos de estudos geográficos. Contudo, segundo pesquisas efetivadas por [Wanderley \(2004\)](#), não se deve considerar somente as características populacionais, mais envolver aspectos em cinco dimensões: 1) o exercício das funções propriamente urbanas; 2) a intensidade do processo de urbanização; 3) a presença do mundo rural; 4) o modo de vida dominante; 5) a dinâmica da sociabilidade local. Deste escopo penta dimensional redundante que as pequenas cidades retratam espaços ainda dominados pelo cotidiano rural e que, em grande parte, estão à margem do avanço do agronegócio e da agricultura modernizada.

De toda sorte, pessoas que de alguma forma conhecem particularmente a região amazônica, mesmo que de maneira superficial, percebem grandes disparidades, comparativamente às demais regiões brasileiras, entre áreas urbanas e áreas rurais. Estas diferenças estão preponderantemente relacionadas às condições de acesso aos serviços de infraestrutura, de saneamento ambiental e básico, de saúde, dentre outros elementos.

Neste sentido, algumas características do Estado do Amazonas suscitam a noção de diversidade e complexidade pelas suas peculiaridades ecológicas, sociais, econômicas e pelas extensas áreas, inclusive retratando a abundância de água e de florestas em seu território. Neste mesmo sentido, elementos tais como modo de vida de povos indígenas, populações tradicionais e agricultores familiares associados às variadas paisagens também devem ser considerados. Tudo isso em confronto com a realidade da capital do Estado, Manaus, que possui um sistema industrial compreendendo polos econômicos de natureza comercial, industrial e mesmo agropecuária. Os reflexos do sistema industrial manauara extrapolam as fronteiras da economia local e mesmo brasileira, pois procura-se atender o conjunto de necessidades operacionais em um ambiente de características socioambientais singulares.

Na compreensão das cidades do Estado do Amazonas para além da paisagem é preciso analisar a complexidade da sociedade contemporânea em seu contexto interiorano. Disto decorre o estabelecimento de estratégias para a resolução de problemas que, na maioria dos casos, paradoxalmente, não fazem parte do cotidiano das populações locais.

Outra questão fundamental a ser analisada é a carência de profissionais de uma maneira geral na região. Dados demonstram que há uma grande concentração de recursos materiais e de profissionais nas capitais dos estados do Norte e carências em outras áreas, havendo ainda municípios onde, mesmo na área urbana, a assistência básica é extremamente precária. [Chizzotti e Silva \(2018\)](#) enfatizam que a Amazônia é conhecida pelas suas imensas riquezas naturais, sua floresta exuberante, os rios caudalosos, a diversidade da flora e da fauna e a multiplicidade de povos indígenas, porém pouco se conhece sobre as questões sociais, educacionais e as diversidades da região. Por isso, além de mudanças da infraestrutura e das políticas públicas ora vigentes, um aspecto fundamental a se considerar para as populações amazônicas é o planejamento e a implementação de uma ampla reforma nos currículos técnicos e tecnológicos da região.

Neste aspecto, é necessário que a formação profissional como um todo, seja representativa quanto à compreensão a realidade amazônica, para que a atuação destes profissionais seja eficaz dentro desta realidade complexa, cuja teia de relações entre o ensino e a aprendizagem abrange também o conhecimento adquirido pela convivência nas comunidades, nos rios e na floresta Amazônica. A partir disso é que se inicia a reponsabilidade pela arte de educar, formar cidadãos na realidade peculiar do lugar ([PINTO; VICTÓRIA, 2015](#)).

Essa falta de um outro tipo de conhecimento técnico se manifesta tanto no planejamento quanto na operacionalização da infraestrutura local, revelando, com isso, a necessidade de uma maior e melhor capacitação desses profissionais. Isto porque, quanto maior a capacitação, melhor será a qualidade dos serviços prestados à população. Entretanto, não basta apenas a qualidade nos serviços prestados, mas também, a participação dos diversos segmentos da comunidade que está diretamente envolvida e beneficiada com o serviço disponibilizado. Assim, entende-se ser também necessário um processo educacional, a fim de mostrar a importância do conhecimento e sua utilidade.

A formação universitária de profissionais para atuar na região amazônica, portanto, precisa ser incisiva na construção de um desenvolvimento dessas comunidades, especialmente daquelas menos favorecidas. Em consequência, é importante destacar que haja uma acentuada competência dos formadores educacionais em influenciar os futuros profissionais com uma formação baseada na transdisciplinaridade e na integração. Em adição esta competência educadora deve ser orientada para um novo perfil de atores que seja centrado muito mais nos problemas da localidade do que nos instrumentos técnicos e que esse foco seja ativo para a realidade local.

Nesta mesma linha de raciocínio, a dimensão do ensino pode ser ampliada, inserindo os estudantes em espaços para além da sala de aula, extramuros à universidade e possibilitando experiências por meio da investigação e da ação.

[Chaves et al \(2004\)](#) apontam, desta feita, alguns desafios na região amazônica para o desenvolvimento, particularmente, de projetos de extensão universitária: 1) a diversidade sociocultural das populações locais, sejam nativas ou migrantes; 2) a variabilidade de problemáticas voltadas ao tema do ordenamento territorial (reforma agrária, reforma aquática¹, demarcação de terras indígenas, apoio na elaboração de documentos e planos

¹ Políticas voltadas ao manejo pesqueiro ([SILVA, 2017](#)).

respectivos à legislação das Unidades de Conservação, dentre outras); 3) a precariedade e/ou ausência de acesso aos bens e serviços sociais (saúde, educação, assistência social e técnica, dentre outros); 4) os marcos geopolíticos regionais, bem como a complexa logística para deslocamento na hinterlândia² amazônica.

Neste aspecto, os avanços das ações de extensão universitária no Estado do Amazonas precisam atingir aspectos não somente a partir da percepção e questionamentos sobre a realidade local, mas que também se sobreponham ao assistencialismo e que cumpram um papel predominante na relação universidade x sociedade.

Acredita-se, em suma, na essencialidade das ações de extensão universitária para o crescimento eficaz das populações amazônicas, retratando uma dimensão universitária que aproxime os docentes e os discentes da realidade regional e local. Tal intuito se daria por intermédio de ações que integrem a teoria aos cenários de prática.

Neste panorama, finalmente, a imersão dos acadêmicos nas pequenas cidades mostra-se fundamental no que tange a formação pessoal, fortalecendo a comunidade e agregando humanização ao profissional.

A extensão promovida pela Universidade Federal do Amazonas

A extensão universitária tem buscado, por meio diversas escalas, estabelecer o papel de alicerçar o tripé que caracteriza as universidades brasileiras: ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com a [Constituição de 1988](#), conforme disposto em seu artigo 207, “As universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Ademais, o Plano Nacional de Extensão Universitária ([FORPROEX, 2001](#)), estabelece a Extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Assim, quando do posterior retorno à Universidade, docentes e discentes trarão, uma vez findo determinada atividade de extensão universitária, um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido ao conhecimento até então consolidado.

A Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Amazonas (PROEXT/UFAM) defende o conceito bastante similar de extensão universitária como sendo “*um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade*”. Assim, a extensão universitária produz e compartilha conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural com vistas a fomentar políticas públicas visando à transformação social ([BRASIL, 2007](#)).

Na medida em que se entende a universidade não como algo distinto e contraposto à sociedade, mas sim, como uma parte orgânica desta, a concepção de extensão muda e ela passa a ser entendida como reflexão, no duplo sentido. Em outras palavras, como um espaço em que a própria sociedade pensa sobre si mesma e ao mesmo tempo se espelha. É essa terceira concepção que permite questionar a distinção entre o dentro e o fora da universidade, é ela que permite reafirmar o compromisso ético e social da universidade. Ela, enfim, é que permite manter a teoria e a prática em sintonia ([BRASIL, 2007](#)).

A PROEXT/UFAM conseqüentemente, em sua Política de Extensão Universitária, apresenta o desenvolvimento de ações de extensão no processo de formação discente e

² Região afastada de áreas urbanas e desenvolvimento reduzido ([LIMA, 2015](#)).

no aprimoramento técnico-científico de docentes e técnico-administrativos, como grande contribuinte para uma formação cidadã e para o fortalecimento de políticas públicas que atendam às reais necessidades das populações amazônicas.

As ações são desenvolvidas por meio de atividades que integrem a universidade à sociedade, refletindo uma dimensão extensionista para o processo de formação acadêmica dos estudantes como processo educativo, cultural e científico, articulando-se com o ensino e a pesquisa de forma indissociável para viabilizar a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Portanto, a efetividade e a ampliação das ações de extensão na UFAM têm como finalidades contribuir com a melhoria do aprendizado do estudante, melhorar a concepção dos docentes no sentido de que a extensão pode ser um instrumento de produção e transferência de conhecimento e de desenvolvimento, reafirmar a relevância de atividades que englobam práticas além da sala de aula para aquisição de conhecimento característico da realidade local, envolvendo os aspectos onde a comunidade parceira está inserida.

A UFAM tem não somente reforçados suas políticas específicas, como também, destinado, de forma crescente e contínua, recursos à implementação e ampliação de suas ações de extensão. Tais ações seguem um trâmite institucional regulamentado que se inicia no momento de inscrição da ação proposta, passa em seguida pelas diferentes instâncias de avaliação e se desdobra na entrega dos relatórios parcial e final, além da, já em sua fase final, emissão dos respectivos certificados de participação aos diversos colaboradores.

A efetividade e a ampliação das ações de extensão possibilitam uma formação discente mais qualificada, ratificando institucionalmente a concepção de que a extensão se expressa como um instrumento, real e potencial, de produção e transferência de conhecimento e de desenvolvimento socioeconômico, cultural e político, por meio do qual a Universidade reafirma seu compromisso socio-acadêmico ([CONSEPE, 2010](#)).

Nos últimos dez anos foram realizadas, por docentes, técnicos e estudantes da Universidade Federal do Amazonas, mais de quatro mil ações extensionistas, beneficiando a sociedade amazonense com o conhecimento acadêmico, ao mesmo tempo em que se manteve atualizada acerca das demandas do povo da Floresta.

Desafios para realizar ações de extensão universitária no Amazonas

O Estado do Amazonas é conhecido por suas belezas naturais, uma vez que ainda detém 98% de sua cobertura florestal preservada, além da extensão de seus grandes rios que popularmente são chamados de “mares de água doce” e, por fim, pela sua extensão geográfica, ocupando uma área de 1.559.146,876 km² do território brasileiro. Além disto, inversamente ao seu tamanho, e no que pese suas características populacionais, o Estado do Amazonas possui uma população de 3.483.985 habitantes, que representam cerca de 2% da população do país, configurando uma densidade demográfica de 2,23hab/km², qual seja, a segunda menor entre as unidades da federação ([IBGE, 2010](#)).

Apesar de o homem amazônico ter desenvolvido intensos sistemas de comércio por vias terrestres, a população amazonense distribui-se, primariamente, no ambiente de rios e várzeas, destacando que suas relações socioeconômicas, políticas e culturais são desenvolvidas na região com base na acentuada tradição fluvial.

O principal acesso às cidades do interior do Amazonas são as vias navegáveis de sua rede fluvial, no qual a embarcação do transporte regional influencia, algumas vezes, a demanda da circulação pertinente ao transporte aéreo. A geografia física constituída por

rios, igarapés e paranás permite a circulação e o fluxo das embarcações e mesmo não tendo uma estrutura hidroviária adequada, entretanto, por suas características naturais, o rio oferece navegabilidade. Destaca-se que as características exigem especialização da navegação, e as embarcações dependem da habilidade e da experiência da tripulação que deve conhecer os atalhos e os segredos do percurso (QUEIROZ, 2019).

Assim, o uso do transporte modal hidroviário é uma atividade indispensável para a integração social das cidades interioranas. Contudo, devido a sua imensa extensão, as distâncias entre municípios ou comunidades ribeirinhas, que são geralmente muito grandes, o que dificultam o deslocamento entre essas localidades por conta da falta de infraestrutura do setor de transporte. Por outro lado, poucos municípios do Estado têm ligação por via terrestre com a capital Manaus. Assim, a grande maioria dos municípios possui o acesso a bens e serviços dificultado por viagens de barcos que podem durar até quinze dias.

Logo, o sistema de transporte fluvial do Amazonas difere das outras localidades do Brasil, uma vez que as condições naturais da região representam o principal fator que propicia o desenvolvimento da navegação. O transporte fluvial é realizado, principalmente, por embarcações caracterizadas como mistas (além de transportar passageiros, transportam cargas em geral), tanto para os centros menores, sedes municipais e seus interiores, quanto para os grandes centros.

A circulação entre as cidades do Amazonas por via fluvial envolve também aspectos econômicos onde mercado regional se materializa a partir do fluxo constante das embarcações e ao mesmo tempo existem embarcações da mesma cidade que interage diretamente com Manaus, capital do Estado.

Para se chegar à maioria das cidades de pequeno porte são utilizadas embarcações (Figura 1a e 1b) com sistemas sanitários precários, níveis elevados de ruído dos maquinários quando do funcionamento das embarcações, condições de alimentação restritas considerando as limitações das embarcações, quantidade insatisfatória de dormitórios. Com respeito a este último quesito em específico, haveria que se registrar que a maioria dos passageiros dorme em redes em um grande salão, juntos sem privacidade ou qualquer ambiente com segurança para guardar seus pertences. Ademais, as viagens podem durar horas, dias ou até semanas, dependendo do município para o qual se deseja viajar. De qualquer forma, para as cidades de médio porte já há embarcações com motores mais potentes, denominados “ajatos” (Figura 1c), fato este que contribui para a redução em até 70% do tempo que se dispenderia se se utilizassem, para um mesmo percurso ou localidade, embarcações comuns.



Figura 1. 1a modelo das embarcações, 1b – dormitórios em redes, 1c – lanchas ajato.

Fonte: www.redetiradentes.com.br

A logística de tráfego, portanto, passa a se configurar com uma das primeiras dificuldades de acesso aos municípios, desencadeando, como mencionado, a falta de insumos para melhoria da infraestrutura local, principalmente em termos de serviços públicos, além de potencializar a falta de profissionais que se disponibilizem a atuar profissionalmente nestas localidades.

Com isso, o desafio contemporâneo para implementar ações voltadas ao desenvolvimento local de comunidades ribeirinhas amazônicas consiste em contemplar estas especificidades relacionadas ao modo de vida e a realidade dessas localidades. Daí a necessidade de aprofundar conhecimentos referentes à intensidade do processo de infraestrutura urbana, à dinâmica e ao estilo de vida dessas populações, comparando estas especificidades com o cotidiano do ruralista com as quais elas se assemelham.

Deve-se destacar, considerando este universo amazônico a ser desbravado em termos do desenvolvimento da extensão universitária, que a UFAM possui unidades em cinco cidades no interior do Estado (Figura 2), as quais originariamente foram criadas para atender às demandas das microrregiões, pois cada um dos campi é um polo que reúne estudantes das cidades circunvizinhas. Dessa forma, ao conseguir o envolvimento de estudantes com as ações extensionistas, os efeitos são expandidos para toda a região.

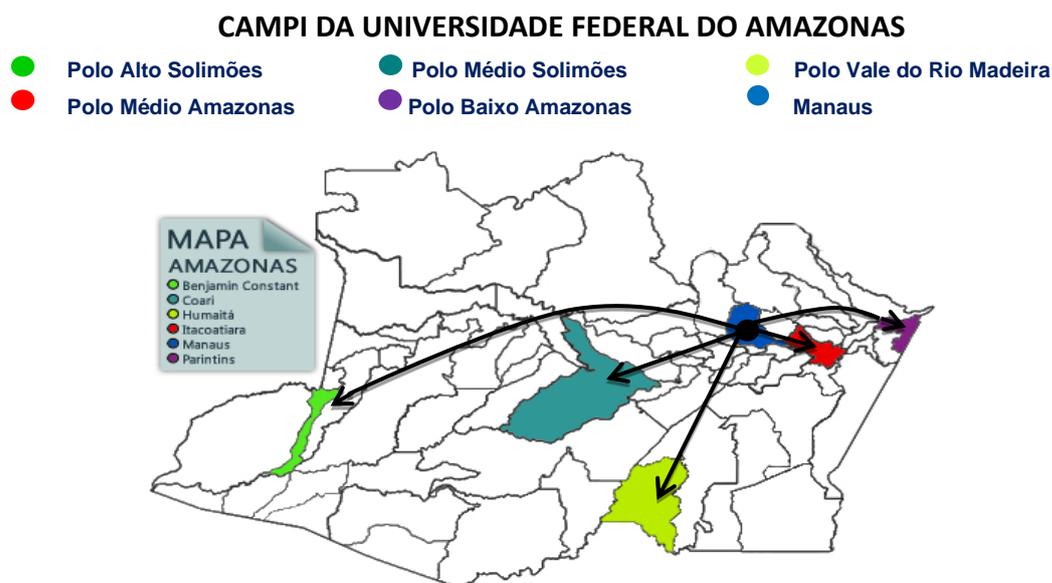


Figura 2. Polos das cinco unidades da UFAM no interior do Estado do Amazonas.

As unidades regionais da UFAM encontram-se distribuídas nos Polos de Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins (Quadros 1 e 2).

Quadro 1. Características geográficas dos municípios onde estão localizados os Polos da UFAM.

Município	Área geográfica territorial (km ²)	Distância de Manaus por via fluvial (km)	Localização	População (hab)	IDH
Benjamin Constant	8.793,0	1.628	Sudeste do Estado do Amazonas, à margem direita do Rio Javari. Faz limite com as Repúblicas do Peru e Colômbia	41.329	0,574
Coari	57.970,768	463	Médio Solimões, à margem direita do lago Coari.	75.965	0,586
Humaitá	33.111,164	959	À margem esquerda da Hidrovia do Rio Madeira, afluente do Rio Amazonas.	44.227	0,605
Itacoatiara	8.891,906	180	À margem esquerda do rio Amazonas.	86.839	0644
Parintins	5.976,373	420	Ilha Tupinambarana, situada ao Sul do Amazonas.	113.832	0,658

Quadro 2. Áreas do conhecimento das Unidades da UFAM nos municípios do interior do Estado.

Município	Unidade Acadêmica	Município do polo	Área de conhecimento
Benjamin Constant	Alto Solimões	Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Fonte Boa, Jutai e Amaturá.	Natureza e Cultura.
Coari	Médio Solimões	Coari, Tefé, Anori, Anamã, Beruri, Codajás, Maraã	Saúde e Biotecnologia
Humaitá	Vale do Rio Madeira	Humaitá, Apuí, Borba, Manicoré e Novo Aripuanã	Educação, Agricultura e Meio Ambiente
Itacoatiara	Médio Amazonas	Parintins, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués e Nhamundá.	Ciências Sociais, Educação e Zootecnia.
Parintins	Baixo Amazonas	Itacoatiara, Autazes, Silves, Rio Preto da Eva, Itapiranga, Nova Olinda do Norte, São Sebastião do Uatumã, Uruará e Urucurituba.	Ciências Exatas e Tecnologia.

O deslocamento para cada uma das cinco sedes regionais da UFAM é diferenciado. Para Coari e Parintins, por exemplo, existe o transporte aéreo somente duas vezes por semana e as embarcações comuns que demoram cerca de 24h de Manaus até ambos os municípios. A opção mais comum são as embarcações denominadas “ajato” (Figura 1c) que demoram cerca de 8h e possui, no mínimo, duas opções diariamente.

Para Benjamin Constant as embarcações levam cerca de sete dias pra chegar no destino e, por isso, na maioria dos casos o deslocamento torna-se inviável por esse meio, sendo o acesso mais fácil por via aérea até o município de Tabatinga, apesar do alto custo financeiro, e de lá, segue por via fluvial para a sede do município cuja viagem dura em média meia hora.

Para Humaitá há uma peculiaridade significativa, pois o acesso mais comum é por via aérea até a cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, e de lá, segue-se então retornando ao Estado do Amazonas por via terrestre cerca de 214km. O

deslocamento mais simples se dá ao município de Itacoatiara, por ser via terrestre. Existem embarcações que também fazem o trajeto, porém demanda mais tempo.

A distribuição espacial de vias fluviais é uma variável determinante em relação aos processos de transformação das paisagens amazônicas. Além de permitirem o acesso e a popularização, permitem o escoamento da produção, bem como de moradores e visitantes. Entretanto, há uma desconexão entre municípios, justamente em razão da referida complexidade caótica de comunicação, interação e deslocamento, principalmente pela dimensão geográfica em que eles estão localizados. Assim, qualquer atividade a ser realizada por profissionais da capital do Estado até esses municípios, deve-se observar o tempo a ser demandado para chegar na localidade bem como o custo da viagem. Isso já impossibilita algumas ações.

Além do setor logístico, são inúmeras as implicações de crescimento nos municípios cujo contexto aponta para uma região de vasta dimensão ecológica e ambiental, mas com baixa articulação entre as cidades do entorno, atividades econômicas quase nulas ou predominantemente ligadas ao serviço público ou de pequenos comerciantes, pouca capacidade de serviços na área de saúde, segurança, educação e infraestrutura urbana, além da predominância da pesca, agricultura familiar e extrativismo, caracterizando-as com similaridades às cidades rurais.

Essas localidades estão inseridas na maior floresta tropical do mundo, com toda sua biodiversidade, riqueza cultural ao mesmo tempo em que possui pouco ou nenhum benefício econômico que favoreça a oferta de empregos, atualmente concentrados na prefeitura e da comercialização no setor primário.

Os impactos e a valorização da extensão universitária junto às populações menos favorecidas

Uma característica significativa no cenário nacional das cidades do Estado do Amazonas está fortemente vinculada ao fato de que os municípios não possuem grandes atrativos industriais, com exceção de Manaus, capital do Estado. As atividades que alimentam de maneira significativa a economia local são a pesca e a agricultura.

Há momentos ainda em que o morador pode atuar com uma atividade alternativa para complementar a renda familiar, mas utilizando-se ainda da atividade rural. Nestes casos, pessoas que exercem atividades agrícolas acabam possuindo casas tanto na cidade quanto nas comunidades ribeirinhas ou normalmente possuem casas na cidade e se deslocam regularmente para tais comunidades no exercício de outras atividades como pesca, caça e plantações nativas ([MARINHO; RIBEIRO, 2009](#)).

As cadeias produtivas variam de acordo com fatores tais como: a área; se várzea ou terra firme; características geológicas; interferência dos períodos de seca e cheia dos rios e, também; fatores ambientais e culturais. A exploração sustentável ainda é pequena e as dificuldades de acesso às localidades são as mais diversas. Estes aspectos apontam para o Estado do Amazonas como um excelente espaço laboratorial, apto para desenvolver experiência nas mais diversas áreas do conhecimento, acrescentando inclusive novas tecnologias e sistemas de produção, considerando toda essa gama de informações como uma promissora fonte de recurso para o desenvolvimento da região.

Uma das dificuldades em desenvolver experimentos no Amazonas é delimitar as áreas de atuação, principalmente nos municípios de pequeno porte. Há no Amazonas uma

estreita relação de dependência mútua entre rural e urbano o que faz com que características próprias se confundam no espaço das relações sociais e de produção.

Segundo [Calegare et al \(2009\)](#), para se discutir o desenvolvimento local em comunidades na Amazônia, bem como propor ações que possam contribuir para a concretização deste desenvolvimento, é imprescindível realizar uma análise da complexidade que envolve esta região, tendo em vista a sua diversidade sociocultural, política, econômica e riqueza da biodiversidade.

A este respeito destaca-se o município de *Coari*, o qual, em sua esfera política e administrativa, é considerado um dos municípios que teve o maior índice de crescimento da região nos últimos anos. Em seus limites geográficos, considerando sua trajetória de Oeste para Leste, está o rio Solimões, de águas barrentas, com sua massa líquida se encontra com a saída das águas escuras do Lago de Coari, assim como formando um encontro de águas que se segue por alguns quilômetros.

A sede do município de Coari encontra-se próximo a este encontro das águas, porém é banhada em toda sua orla fluvial pelas águas do Lago de Coari. O espaço da cidade sofre modificações com a presença de indústrias de madeira, tijolos, produtos alimentares, pescado, gelo e imobiliária. Com o desenvolvimento da indústria local a sociedade mobiliza também o setor terciário com o comércio varejista e atacadista e serviços hoteleiros e agências bancárias.

Coari, destacando-se ainda comparativamente a outros municípios, recebe a compensação financeira de royalties que são pagos de acordo com os impactos gerados pelas operações petrolíferas, envolvendo o embarque e o desembarque dos produtos petrolíferos e seus derivados. Isso faz com que o município obtenha o segundo maior Produto Interno Bruto do Estado do Amazonas. Porém, [Rodrigues \(2013\)](#) aponta muita carência dos serviços de saneamento e que ainda há muito para se realizar no que tange a melhorias na infraestrutura local.

Mesmo em meio ao desenvolvimento urbano abrupto que sofreu e com a deficiência nas diversas áreas da infraestrutura, enfatiza-se que as ações extensionistas da UFAM são direcionadas à área de saúde onde existe uma atuação da área de Nutrição, na determinação da composição nutricional de uma dieta artesanal de baixo custo, elaborada com alimentos convencionais da cidade, acompanhamento das cozinhas das escolas públicas para favorecer a saúde nutricional dos estudantes, atendimento à população de forma gratuita para apresentar dieta artesanal nutricionalmente equilibrada, com valor energético total e com sua distribuição entre os macronutrientes energéticos definidos, que atenda aos critérios previamente estabelecidos de fluidez, estabilidade e com padrão fisiológico aceitável ([LIMA et al 2015](#)).

Também se destaca as parcerias com as unidades básicas de saúde local e outras empresas para realizar atividades de Fisioterapia como na aplicação da Ergonomia para avaliar e oferecer condições adequadas de trabalho aos funcionários, aumentando sua produtividade e ao mesmo tempo reduzindo sua ausência e afastamentos, prevenindo e controlando o aparecimento dos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORTs) e no atendimento à população no que se refere a promoção e educação em saúde, ao diagnóstico precoce e o tratamento adequado e na reabilitação e da redução de incapacidades ([PRAIA et al, 2013](#)).

Considerando a atuação da universidade, há de se observar o crescimento local na área da saúde bem superior em comparação com os outros municípios pertencentes ao polo. Tais municípios, mesmo pertencendo ao polo, estão localizados a quilômetros de

distância, sendo o acesso somente por via fluvial a todos eles. Isto é um ponto dificultador para que essas localidades também sejam beneficiadas com as ações de extensão locais.

Daí, percebe-se a necessidade de políticas públicas que intervenham junto a universidade no sentido de influenciar os estudantes a conhecerem a se aprofundarem na realidade local e, aos profissionais recém-formados, para que apliquem os conhecimentos adquiridos nas localidades do entorno. Com algum incentivo nesse aspecto, pode haver um impulsionamento do mercado em absorver tais profissionais, sem que haja necessidade de investimentos em outros programas mais onerosos e que não conheçam tecnicamente os aspectos característicos e peculiares da região.

No contexto do município de *Humaitá*, o Campus Vale do Rio Madeira é extremamente relevante para o sul do Amazonas, região onde habitam aproximadamente 150 mil habitantes distribuídos nos municípios de Humaitá, Apuí, Manicoré, Lábrea, Novo Aripuanã e Borba. Tais municípios têm, em comum, características econômicas e ambientais semelhantes, bem como identidade e coesão social e geográfica. A região conta com quase 150 mil habitantes, dos quais mais de 60 mil vivem na área rural. A região tem 9.140 agricultores familiares, 9.735 famílias assentadas, 1.578 famílias de pescadores e 21 terras indígenas. A área conta com centenas de escolas rurais onde os docentes exercem suas funções profissionais sem habilitação específica. Do 6º ano ao ensino médio a oferta na área é incipiente o que favorece o êxodo das famílias para as cidades acarretando o abandono do campo ([MASCARENHAS et al, 2012](#)).

Ademais, os cursos na área da Educação apoiam o desenvolvimento socioeconômico das populações locais até e o exercício efetivo da cidadania pelas populações rurais, ribeirinhas que habitam a região. As principais ações extensionistas são da área ambiental e agrônômica, com a caracterização dos solos e o estudo das relações mineralógicas dos diversos ambientes fisiográficos presentes na região sul do Amazonas. A partir dessas análises surgiram vários cultivos que de adequassem à realidade local junto aos agricultores da região, onde, além da plantação de espécies, o manejo e os aspectos nutricionais também são levados em consideração, aumentando o valor do produto comercializado na região.

Destaca-se que, em termos logísticos, Humaitá é um município de difícil acesso à capital do Estado do Amazonas e a economia e mercado local estão mais relacionados com o Estado de Rondônia do que com os produtos e marcas comercializados no Estado do Amazonas. Para se deslocar de Manaus a Humaitá por via terrestre torna-se inviável, sendo o acesso mais rápido por via aérea até a cidade de Porto Velho, seguindo por via terrestre até Humaitá. O acesso a maioria dos municípios do polo também pode se dá por via terrestre.

Nesse aspecto, as influências das ações de extensão desenvolvidas no campus de Humaitá chegam aos municípios do polo bem como atingem também ao Estado de Rondônia. Considera-se, portanto, relevante que se observe e que se mantenha boa relação política e administrativa com o Estado de Rondônia, tendo em vista sua interferência ser maior na região.

Benjamin Constant, município localizado em uma área de fronteira, apresenta peculiaridades em sua expansão urbana, pois apesar da maioria dos censos não identificarem, existe uma população expressiva de peruanos que reside na referida cidade. Ressalta-se ainda que estes imigrantes fizeram parte da formação histórica de alguns bairros e que nas últimas décadas apresenta uma população crescente que se expande em direção a vários bairros, constituindo-se como presença significativa em atividades

econômicas diversas, principalmente no que se referem ao terceiro setor, o comércio, pois a cidade carrega em suas características peculiares de fronteira a presença marcante do comércio realizado por imigrantes peruanos ([SOUZA, 2014](#)).

Outra característica importante é a numerosa população indígena da região, composta por várias etnias distribuídas entre os vales do Rio Javari e do Rio Solimões. A Terra Indígena Vale do Javari tem população de 5.489 indígenas das etnias Matis, Matsés, Marubo, Kanamari, Korubo e Tsohom-Dyapa. A calha do rio Solimões abriga, dentre outros, indígenas das etnias Ticuna, Kambeba, Kanamari e Cocama. De acordo com dados do Instituto Socioambiental, a população Ticuna no Brasil é estimada em 53.544, mas em toda a região da tríplice fronteira a literatura indica população de 8.000 na Colômbia e 6.982 no Peru. Registra-se também a presença das etnias Cocama (Peru), Uitoto, Bora, Nonuya, Ocaina, Miraña, Andoke y Muinane (Colômbia) ([REIS et al, 2017](#)).

Por ser um município localizado nas proximidades de vastos territórios indígenas e receber influências da tríplice fronteira Brasil x Colômbia x Peru, destaca-se como principais ações extensionistas os estudos e parcerias com o desenvolvimento, sustentabilidade, assessoramento e gestão produtiva da área bem como os estudos afro indígenas na região.

Aqui, vale destacar que a economia local é influenciada pela produção dos países vizinhos. Há uma grande relação da população local com as populações vizinhas, nas diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, saúde, indústria, comércio e até mesmo a educação. Existem vários estudantes da universidade que são peruanos ou colombianos, ou descendentes destes. A influência desses países na localidade é, na maioria das vezes, mais relevante do que a brasileira. Portanto, deve-se ponderar que os benefícios das ações de extensão alcançam patamares acima dos limites geográficos.

[Reis et al \(2017\)](#) apresentam uma importante contribuição no aspecto da inclusão produtiva, do desenvolvimento e da sustentabilidade a partir da participação das populações tradicionais que habitam a mesorregião. Os autores, para tanto, consideraram os seguintes aspectos: melhor compreensão do termo sustentabilidade; a participação em projetos institucionais com base em práticas nas comunidades de agricultura familiar; e o trabalho em equipes multidisciplinares atuando como articulador dos diferentes saberes dos grupos envolvidos.

Ainda segundo os autores, o envolvimento da população local nas atividades de extensão referentes à construção de conhecimento e às escolhas de estratégias e instrumentos de avaliação das políticas públicas, incluem tanto agentes institucionais vinculados à execução de políticas públicas, quanto representantes da população. Assim, foi possível contribuir para se construir um conhecimento sistemático e contextualizado da região e consolidar ações de capacitação técnica a partir de realidades vivenciadas pelos sujeitos sociais envolvidos na proposta.

Itacoatiara, por seu turno, é um dos poucos municípios do Amazonas que possui infraestrutura para os três tipos de transporte: aéreo, fluvial e rodoviário. Essa peculiaridade se torna fator importante para a dinâmica econômica e populacional do referido município, o qual integrada a recém-criada “Região Metropolitana de Manaus”, fato que lhe reveste de importância e papel diferenciados entre as cidades do Amazonas. Além de integrar a RMM, o município de Itacoatiara possui influência sobre os municípios de Silves, Itapiranga e Urucurituba, que possuem menor população e economia baseada, sobretudo, no setor primário. Cada um deles conectam-se com a Zona Urbana de Itacoatiara por intermédio do setor de serviços, principalmente saúde e educação ([OLIVEIRA, 2013](#)).

A participação ativa da Ufam em atividades extensionistas apresenta grande motivação em algumas áreas e aspectos de Itacoatiara. A área de Tecnologia da Informação, por exemplo, tem sido de grande importância educacional, pois alguns laboratórios de informática das escolas públicas estaduais e municipais, outrora obsoletos, atualmente já são utilizados para como ferramenta de auxílio à aprendizagem aos estudantes do ensino fundamental e médio. Além de aplicativos para aparelhos de telefonia móvel criados com intuito educativo em diversas áreas, principalmente, com abrangência de conhecimento local ([PASSOS et al, 2010](#)).

A área da Engenharia Sanitária também vale destaque, pois atualmente desenvolvem-se atividades relacionadas ao Saneamento Básico do município de Itacoatiara e comunidades. Tais ações atenderam a demanda de problemas vinculados à falta de saneamento e contribuíram para inserção dos discentes do curso supracitado nas atividades profissionais que os futuramente irão encontrar no mercado de trabalho.

Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se as ações como o Inventário de Resíduos Sólidos como ferramenta para a identificação, quantificação e classificação, pois sabendo que não há coleta seletiva no município de Itacoatiara, foi necessário realizar o processo de segregação, que consiste em separar os resíduos de acordo com suas propriedades físicas, químicas e biológicas, para que então pudessem ser classificados e quantificados. Sendo assim, tais ações contribuem para a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos gerados em Itacoatiara, buscando sensibilizar não apenas os estudantes, mas estendendo esta conscientização ambiental e melhoraria dos aspectos organizacionais, sanitários e higiênicos junto à população.

Na cidade de *Parintins*, o crescimento desordenado que vem se instalando ao longo das últimas décadas está sendo ocasionado pela migração de centenas de famílias provenientes da zona rural e dos municípios circunvizinhos em busca de melhores condições de vida. As moradias, estão sendo historicamente construídas em locais inadequados; em áreas alagadiças e às margens dos rios, sem saneamento básico ou infraestrutura sanitário.

O município de Parintins é conhecido, nacional e internacionalmente, pela grandiosidade de seu Festival Folclórico, o que faz com que Parintins esteja entre os 65 municípios brasileiros apoiados pelo Ministério do Turismo como indutor do turismo. Porém, Parintins necessita de melhorias sanitárias, além de melhorias em outros setores, tais como, transporte, hotelaria e atendimento em bares e restaurantes que, juntos, propiciariam uma melhor qualidade ao atendimento de turistas, conforme preconiza o Ministério do Turismo, inclusive para o fim de estimular o comércio local.

O curso de Educação Física oferece, por sua vez, atividades que proporcionam o desenvolvimento de pessoas com deficiência através da prática de atividades físicas, possibilitando o desenvolvimento das atividades motoras e capacidades físicas e proporcionando através de um melhor desempenho de suas potencialidades, a sociabilização, o bem-estar, a melhoria da autoestima e da qualidade de vida. A atividade possibilita ao participante, adicionalmente, a melhoria da sociabilização, além de proporcionar maior independência.

Na área de Serviço Social as atividades extensionistas desenvolvidas relacionam-se diretamente com os diversos tipos de conflitos familiares, independentemente de classe social e de religião. Assim, no sentido de conhecer o contexto em que se insere a família foco de sua prática, bem como por meio de alguns programas referentes a questões familiares, realizam-se ações mobilizadoras que possam contribuir na garantia da proteção

social, fortalecendo os laços entre os sujeitos que compõe a família e suas relações na comunidade.

Algumas ações na área da Zootecnia favorecem inclusive a economia local, pois independentemente do seu grau de tecnologia e especialização, a atividade leiteira é uma atividade econômica característica da cidade e compõe a produção de um alimento com qualidade que não traz prejuízos à população. A cidade de Parintins, finalmente, abriga pequenas propriedades que empregam baixa tecnologia na exploração dessa atividade e, além disso, comercializam esse produto de forma artesanal.

Assim, desenvolver estudos da qualidade desse produto e garantir que é comercialmente disponibilizado com boa qualidade microbiológica e nutricional, além de orientações sanitárias no armazenamento, resfriamento e transporte do leite, é de grande valia para toda a comunidade.

Considerações abordando uma crítica construtiva

O Estado do Amazonas contempla realidades sociais e educacionais diversas, que compõem a complexa diversidade sociocultural amazônica. As famílias rurais sobrevivem de inúmeras atividades, produzidas no seu cotidiano, para adquirir seus bens materiais. Sua sobrevivência depende tanto do trabalho na terra com atividades de agricultura de subsistência, quanto do seu acesso às águas onde desenvolvem atividades de pesca. Eles são, em geral, catraieiros, pescadores e agricultores que possuem sua economia com base nos produtos que comercializam, como as verduras e o peixe, que servem também para consumo de suas famílias.

Dentre os diversos entraves ocasionados pela ausência de gerenciamento na propriedade ribeirinha da região amazônica, destacam-se a dificuldade de acesso às residências e a geografia local, que abrange pouca população em grandes áreas, configuração característica do espaço amazônico, dificultando, dessa forma, também, o crescimento de infraestrutura urbana.

Reitera-se que, apesar da extensa área geográfica, o Estado do Amazonas possui um índice de densidade demográfica baixo e se caracteriza pela concentração maior da população na sua capital, Manaus. Consequentemente, a maioria dos municípios de pequeno e médio porte estão distribuídos em zonas longínquas e não há interação entre eles exceto por meio dos rios e lagos.

As vias fluviais com as embarcações são os principais meios de deslocamento do Estado, compondo o fluxo de produtos e pessoas, que em sua grande maioria são moradores das cidades interioranas ou comunidades ribeirinhas. O acesso por este tipo de transporte é mais lento que outros meios o que demanda tempo para chegar às localidades. Concernente a isto, a demanda de mercadoria nas cidades de pequeno porte é ínfima, a infraestrutura local também é deficiente e a quantidade de profissionais com especialidades técnicas são precários. Se tais deficiências pudessem vir a ser, de uma forma ou de outra relativizadas (melhoria das condições de transporte e comunicação) a problemática da ausência de profissionais poderia, consequentemente, ser diminuída.

Isso reflete diretamente nos resultados das ações desenvolvidas em um determinado local, que em raras exceções, alcança outras localidades. Essa complexidade precisa ser salientada na elaboração das políticas públicas que envolvem a região, a exemplos de políticas que incentivam a criação de consórcios, cuja logística de tráfego inviabiliza tais ações.

Há de se considerar também as limitações de infraestrutura dos municípios de pequeno porte cujos indicadores socioeconômicos precisam fazer parte da definição das prioridades das políticas sociais, inclusive no sentido de contribuir para o crescimento econômico da região, que atualmente não possui grande fluxo em sua cadeia produtiva e a comercialização dos produtos que ali são produzidos é comumente local.

O desafio contemporâneo em implementar ações voltadas ao desenvolvimento local de comunidades ribeirinhas amazônicas consiste em contemplar estas especificidades relacionadas ao conhecimento tradicional, modo de vida e a realidade dessas localidades.

CONCLUSÕES

Os polos criados pela UFAM para atender às diversas sub-regiões do Estado possuem áreas distintas e cada um, com suas especificidades, buscam nas ações extensionistas desenvolvidas contribuir para que o impacto dessas atividades alcance não só o município sede, mas também a população do entorno, envolvendo os estudantes em uma realidade bastante distinta de outras regiões brasileiras.

A região do Médio Solimões possui um dos índices de desenvolvimento humano mais baixo em comparação com as regiões do Rio Amazonas e Rio Madeira. Mesmo possuindo uma vasta dimensão na área de saúde, os impactos são comumente recebidos pelo município sede com parcerias público-privado nas áreas nutricionais, fisioterapêutica e nos cuidados e prevenção da saúde. Torna-se relevante ressaltar a necessidade de que os municípios e comunidades pertencentes ao polo sejam também beneficiadas com tais ações.

Em relação a região do Vale do Rio Madeira é importante ressaltar a importância do Estado de Rondônia, tendo em vista a influência comercial e produtiva para a região. Neste sentido, os trabalhos da UFAM, principalmente na área ambiental poderiam ser realizados em parceria com, por exemplo, a Universidade Federal do Rondônia, criando projetos em rede e ampliando os benefícios para o sul da Região Norte.

Enfatiza-se para região do Alto Solimões a necessidade de melhorias nos aspectos culturais, comerciais e de saúde, pois a população residente possui pouca experiência com a realidade brasileira sendo grandemente influenciada pelos países vizinhos e pelas comunidades tradicionais, destacando nesse contexto a necessidade de políticas e acordos internacionais que envolvam a tríplex fronteira Brasil x Peru x Colômbia e às comunidade indígenas.

O Médio e Baixo Amazonas são beneficiados com alguns avanços na área tecnológica. As melhorias no ramo produtivo e industrial, bem como no aspecto de infraestrutura, apresentam um crescimento lento, mas perceptível quanto a contribuição da universidade, principalmente junto a órgãos públicos que em grande maioria são as prefeituras e escolas, as comunidades público-alvo das atividades de extensão.

Nesse contexto, as ações de extensão universitária são essenciais para absorver informação local, extrair os materiais e métodos utilizados pela comunidade tradicional, utilizar a ciência para adaptar e aplicar tais métodos, na busca de um aperfeiçoamento e crescimento do conhecimento, a partir da participação da comunidade nas atividades de extensão que são executadas.

Os elementos aqui expostos não limitam as especificidades das cidades amazônicas tendo em vista as características diversas e particularizadas em um processo de formação socioespacial que elas se encontram. Assim, as limitações empíricas e teóricas desta

análise sugerem caminhos para reflexões mais avançadas sobre a interação complexa e a relevância das ações extensionistas universitárias na Amazônia.

SUBMETIDO EM 7 maio 2018
ACEITO EM 12 dez. 2019

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. COOPMED Editora, 2007.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; **CHAVES**, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues e **BARROS**, Silvana Compton. **Organização sócio-política para o desenvolvimento local das populações ribeirinhas no Amazonas**. IV Jornada Internacional de políticas públicas. São Luiz, MA. 2009.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues et al. **Extensão Universitária na Amazônia**: Ações Sócio-Educativas de Arte e Cultura nas Comunidades Ribeirinhas dos Municípios de Coari e Carauari. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte, MG. 2004.

CHIZZOTTI, Antônio e **SILVA**, Rosa Eulalia Vital da. Base nacional comum curricular e as classes multisseriadas na Amazônia. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.16, n.4, p.1408-1436 out./dez.2018. DOI <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2018v16i4p1408-1436>.

CONSELHO de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Amazonas – CONSPE. Resolução nº 008/2010. **Política de Extensão da UFAM**. 16 de março de 2010.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, (Extensão Universitária, v.1). 2001.

FORUM Nacional de Extensão das Universidades Públicas. **Política Nacional de Extensão das Universidades Públicas**. Manaus: RENEX, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados do censo demográfico**. 2010.

LIMA, Débora Assumpção e. O mundo da hinterlândia e os avanços da fronteira no espaço Tocantinense. Textos & Debates, Boa Vista, n.26, p. 99-112, 2014. Publicação 2015.

[LIMA](#), Verena Silva; [SOUZA](#), Francisca das Chagas do Amaral; [AGUIAR](#), Jaime Paiva Lopes; [YUYAMA](#), Lucia Kiyoko Ozaki (in memoriam). **Composição nutricional de dieta enteral artesanal a partir de alimentos convencionais do Município de Coari**, Estado do Amazonas, Brasil. Revista Pan-Amazônica de Saúde. vol.6 n.2. Ananindeua. Jun. 2015. <http://dx.doi.org/10.5123/S2176-62232015000200004>.

[MARINHO](#), Thiago Pimentel & [RIBEIRO](#), Alex Butel. **Os açazeiros de Codajás: as especificidades do rural e do urbano nos municípios da calha do Rio Solimões-Amazonas**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

[MASCARENHAS](#), Suely Aparecida do Nascimento; [AZEVEDO NETO](#), Leonardo Dourado de; [COSTA](#), Heron Salazar; [BATISTA](#), Eliane Regina Martins; [BARROSO](#), Francisca Chagas da Silva; [ALENCAR](#), Simône de Oliveira; [RADMANN](#), Vairton; [SILVA](#), Viviane Braz da & [SILVA](#), Viviane Vidal da. **Educação do campo na Amazônia Brasileira – desafio acadêmico para o Sul do Amazonas**. Revista EDUCAmazônia – Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá. EDUCAmazônia, ISSN-e 1983-3423, Vol. 9, Nº. 2, 2012.

[OLIVEIRA](#), Luciana Karoline de Moura de. **A (re)produção do espaço urbano e habitação popular de Itacoatiara-AM**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Amazonas. 2013.

[PASSOS](#), Odette M.; [SOUZA](#), Margarida C. de; [SILVA](#), Marcondes R. & [SANTOS](#), Rodrigo P. dos. **Transformando um Editor de Apresentação em uma Ferramenta de Autoria: Uma Experiência com os Professores de Escolas Públicas do Município de Itacoatiara (AM)**. Simpósio Brasileiro de Informática na Educação – SBIE. Anais do SBIE. 2010. <http://dx.doi.org/10.5753/cbie.sbie.2010.%25p>.

[PINTO](#), Fabiana de Freitas e [VICTÓRIA](#), Cláudio Gomes da. Educação indígena e educação ribeirinha: singularidades e diferenças, desafios e aprendizagens no contexto amazônico. XVII Congresso Nacional de Educação. Pág 24214. 2015. ISSN 2176-1396

[PRAIA](#), Darllene Tinoco; [ARÊAS](#), Guilherme Peixoto Tinoco; [ARÊAS](#), Fernando Zanela da Silva; [LEITE](#), Hércules Ribeiro e [FREIRE JÚNIOR](#), Renato Campos. **Risco ergonômico em costureiras da indústria de confecções de Coari-AM**. Revista Pesquisa em Fisioterapia. Dez:107-117. <http://www.bahiana.edu.br/revistas>. 2013.

[QUEIROZ](#), K. O. Transporte fluvial no Solimões: uma leitura a partir das lanchas Ajato no Amazonas. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 2, p. 322-341, ago. 2019. ISSN 2179-0892.

[REIS](#), Rodrigo Oliveira Braga; [RAMOS](#), Ana Sávila Farias & [DÁCIO](#), Dirceu da Silva. **Ensino, Pesquisa e Extensão: A Articulação das Instituições Federais de Ensino nas Ações de Políticas Públicas no Alto Solimões – AM**. Revista de Extensão do IFAM. Vol.3 | Nº1 | 2017.

RODRIGUES, Patrícia Kálinca Alves. **A urbanização de Coari em função da dinâmica orçamentária: o caso do saneamento básico.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Amazonas. 2013.

SILVA, Rubens Elias. **Por uma reforma agrária aquática? Luta por reconhecimento social dos ribeirinhos do rio tapajós para a construção de Acordos de Pesca.** Revista Ciências da Sociedade (RCS), Vol. 1, n. 2, p.81-102, Jul/Dez 2017, ISSN 2594-3987.

SOUZA, Alex Sandro Nascimento de. **A cidade na fronteira: Expansão do comércio peruano em Benjamin Constant no Amazonas-Brasil.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Amazonas. 2014.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco.** Relatório de Pesquisa. Recife, 2004. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/Pequenos-Munic%C3%ADpios_Nazareth-1.pdf> Acesso em: 16/11/2017.